

CONHECIMENTOS GERAIS (QUESTÕES DE 01 A 10)

Questão 01 (Peso 2)

Eu _____ a revisão da prova, a Coordenação Acadêmica _____ e o Professor _____ a minha nota.

A alternativa que preenche, correta e sequencialmente, as lacunas do trecho acima é

- A) requeiri /interviu / reviu
- B) requiri / intervio / reveu
- C) requeri / intervui / reveu
- D) requeri / interveio / reviu
- E) require / interveio / reveio

Questão 02 (Peso 1)

Remetemos o recurso ao Juiz.

A alternativa que substitui, corretamente, o trecho grifado na oração acima é

- A) Remetemo-o
- B) Remetemo-lo
- C) Remetemos-o
- D) Remetemos-lo
- E) Remetemo-lhe

Questão 03 (Peso 1)

De acordo com a norma culta, a alternativa que contém a regência verbal correta é

- A) Nós lhe vimos no Juizado.
- B) O juiz procedeu o julgamento.
- C) O Defensor serve aos cidadãos.
- D) Os jovens obedeceram o professor.
- E) Prefiro estagiar do que ficar sem fazer nada.

Questão 04 (Peso 1)

Em consonância com o novo acordo ortográfico, a alternativa que contém as palavras acentuadas corretamente é

- A) sutil / refém
- B) ruím / ávaro
- C) fortúito / álibi
- D) ávido / inaudíto
- E) cõnjuge / recém

Questão 05 (Peso 3)

“Embora guarde plena correspondência com as pausas e entonação da frase, o uso dos sinais de pontuação obedece, em primeiro lugar, a certos princípios básicos da sintaxe [...]” (LEITÃO, 2016, p. 255). Assim, sobre o uso correto da vírgula de acordo com os princípios básicos da pontuação, analise as opções a seguir e identifique com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas.

- () O acordo, expressa o combinado entre as partes.
- () O acordo expressa, o combinado entre as partes.
- () O acordo, porém, não expressa o combinado entre as partes.
- () O acordo, conforme combinado entre as partes, foi assinado.
- () O acordo expressa o combinado entre as partes, e foi assinado pelos presentes.

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é

- A) F F V V V
- B) F V F V F
- C) F F V F V
- D) V V F F F
- E) V F V V F

Questão 06 (Peso 1)

Os estagiários fizeram tudo **como** combinamos.

A alternativa que contém a circunstância expressa através do termo destacado acima é

- A) causa
- B) condição
- C) comparação
- D) conformidade
- E) consequência

Questão 07 (Peso 3)

Homófonos são vocábulos que, sendo diversos no significado e na grafia, se pronunciam de modo idêntico. Considerando o significado e a grafia das palavras no trecho onde estão destacadas, numere a segunda coluna de acordo com a primeira.

- | | | |
|---|-----|----------------|
| (1) Esse ponto será discutido à parte . | () | Comentário. |
| (2) O advogado pediu um aparte ao Juiz. | () | Interrupção. |
| (3) À parte o salário, recebeu gratificações. | () | Autorização. |
| (4) Os apartes foram inadequados durante o debate. | () | Isolamento. |
| (5) Durante o discurso, houve um aparte de 15 minutos. | () | Além de, fora. |

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é

- A) 1 5 2 3 4
- B) 2 1 4 3 5
- C) 3 1 5 4 2
- D) 4 5 2 1 3
- E) 5 3 1 4 2

Questão 08 (Peso 3)

Considerando o correto preenchimento das lacunas de acordo com a norma culta, numere a segunda coluna de acordo com a primeira.

- | | | |
|---|-----|---------|
| (1) Ele não veio _____ ? | () | porquê |
| (2) Não sei _____ ele agiu assim. | () | porque |
| (3) Ausentei-me _____ estava doente. | () | por quê |
| (4) Não sei o _____ do constrangimento. | () | por que |

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é

- A) 1 3 4 2
- B) 1 4 2 3
- C) 2 3 1 4
- D) 3 2 4 1
- E) 4 3 1 2

Questão 09 (Peso 2)

Considerando o emprego do pronome relativo **cujo** de acordo com a norma culta, analise os trechos a seguir e identifique com **V** os verdadeiros e com **F** os falsos.

- () Os pais cujos os filhos picharam o muro.
- () O senhor cuja filha esteve aqui chegou mais cedo
- () Não posso defender alguém de cujos métodos discordo.
- () O assistido à cuja mãe você atendeu, acabou de chegar.

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é

- A) F V V F
- B) F V F V
- C) V V F F
- D) V F V F
- E) V F F V

Questão 10 (Peso 3)

Suas ideias vêm sempre _____ das minhas, por isso _____ sinergia entre nós. Nossos adversários, ao contrário, têm um discurso que vai _____ ao interesse coletivo, _____ propagam notícias falsas.

A alternativa que preenche correta e sequencialmente a lacuna do trecho acima.

- A) de encontro / há / ao encontro / à medida que
- B) ao encontro / a / de encontro / à medida em que
- C) ao encontro / há / de encontro / à medida em que
- D) de encontro / a / ao encontro / na medida em que
- E) ao encontro / há / de encontro / na medida em que

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (QUESTÕES DE 11 A 50)**Questão 11 (Peso 2)**

Consoante o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a legitimidade da Defensoria Pública para a propositura da Ação Civil Pública (ACP), disciplinada na Lei 7.347/1985, é correto afirmar que

- A) é inconstitucional a legitimidade da Defensoria Pública para a defesa dos direitos homogêneos.
- B) a constitucionalidade para propositura da ação depende de prévia demonstração da pertinência temática.
- C) é inconstitucional a legitimidade da Defensoria Pública para a defesa dos direitos transindividuais coletivos *strito sensu*, mas não quanto aos difusos.
- D) é constitucional a legitimidade da Defensoria Pública para a defesa dos direitos transindividuais coletivos *strito sensu*, mas não quanto aos difusos e individuais homogêneos.
- E) é constitucional a legitimidade da Defensoria Pública para a defesa dos direitos transindividuais coletivos *strito sensu*, difusos e individuais homogêneos, não estando condicionada à comprovação prévia da hipossuficiência dos possíveis beneficiados.

Questão 12 (Peso 2)

João Movistar procura a Defensoria Pública com o objetivo de deduzir pretensão de danos materiais e morais em face de uma empresa de telefonia móvel realizar cobranças indevidas e da precariedade do serviço prestado. De acordo com o caso em questão e as normas fundamentais do processo civil, é correto afirmar que

- A) o Defensor Público somente poderá ajuizar a demanda judicial se não for possível conciliar na Defensoria Pública.
- B) somente a mediação deverá ser estimulada pelos Defensores Públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial.
- C) a resolução extrajudicial pelo Defensor Público não abrange as empresas de telefonia móvel, salvo quanto à dedução de pretensão de danos materiais.
- D) a conciliação e a mediação, excluídos os outros métodos de solução consensual de conflitos, deverão ser estimulados somente por Defensores Públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial.
- E) a conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por Juízes, Advogados, Defensores Públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial.

Questão 13 (Peso 2)

Segundo as disposições do Código de Processo Civil sobre liquidação de sentença, é correto afirmar que

- A) na liquidação, é vedado discutir de novo a lide ou modificar a sentença que a julgou.
- B) quando a sentença declarar um direito líquido, proceder-se-á à sua liquidação, a requerimento do credor, do devedor ou do Ministério Público.
- C) quando a apuração da condenação da sentença depender apenas de cálculo aritmético, o credor poderá promover, desde logo, o competente arbitramento.
- D) a liquidação não poderá ser realizada na pendência de recurso, salvo o extraordinário, processando-se em autos apartados no juízo de origem, cumprindo ao credor instruir o pedido com cópias da certidão do processo e memória de cálculos.
- E) na liquidação por cálculo aritmético, o juiz intimará as partes para a apresentação de pareceres ou documentos elucidativos financeiros, no prazo que fixar, e, caso não possa decidir de plano, nomeará perito, observando-se, no que couber, o procedimento especial de liquidação.

Questão 14 (Peso 1)

De acordo com as disposições do Código de Processo Civil, para postular em juízo é necessário ter:

- A) somente adequação.
- B) somente legitimidade.
- C) adequação e interesse.
- D) interesse e legitimidade.
- E) adequação e legitimidade.

Questão 15 (Peso 3)

Arnaldo Malbec foi surpreendido em sua residência com a cobrança de fatura de cartão de crédito da empresa Processa Cartão Master exigindo o pagamento de anuidade no valor de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais). Irresignado, procura a Defensoria Pública mais próxima buscando solucionar seu problema. De acordo com as disposições do Código de Processo Civil sobre a jurisdição e a ação, é correto afirmar que

- A) o Defensor Público não poderá ingressar com ação meramente declaratória.
- B) o interesse de Arnaldo Malbec pode se limitar à declaração da existência, da inexistência ou do modo de ser de uma relação jurídica.
- C) em casos excepcionais, é possível a ação meramente declaratória, desde que tenha ocorrido a violação do direito cuja prova deve ser preconstituída.
- D) o interesse e a adequação da demanda de Arnaldo Malbec não pode se limitar à declaração da autenticidade ou falsidade de documento, pois o Código de Processo Civil exige pedido cominatório.
- E) o interesse de Arnaldo Malbec só poderá ter por objeto a declaração da autenticidade ou falsidade de documento se este for público, dado a necessidade de proteção dos valores, símbolos e sinal da administração pública.

Questão 16 (Peso 3)

Considerando as disposições sobre a gratuidade da justiça no Código de Processo Civil, analise as assertivas e identifique com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas.

- () A concessão de gratuidade não afasta a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência.
- () A gratuidade da justiça compreende, dentre outros, a indenização devida à testemunha que, quando empregada, receberá do empregador salário integral, como se em serviço estivesse.
- () A gratuidade poderá ser concedida em relação a algum ou a todos os atos processuais, ou consistir na redução percentual de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento.
- () A pessoa natural, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, a critério do Defensor Público que prestou o primeiro atendimento.
- () A gratuidade da justiça compreende, dentre outros, emolumentos devidos a notários ou registradores em decorrência da prática de registro, averbação ou qualquer outro ato notarial necessário à efetivação de decisão judicial ou à continuidade de processo judicial no qual o benefício tenha sido concedido.

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é

- A) V V V F V
- B) V F V V V
- C) F V F F V
- D) F V F V F
- E) F V V V V

Questão 17 (Peso 1)

Segundo o Código Penal Brasileiro, são efeitos genéricos da condenação:

- A) a proibição de frequentar determinados lugares.
- B) a perda de cargo, função pública ou mandato eletivo.
- C) tornar certa a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime.
- D) inabilitação para dirigir veículo, quando utilizado como meio para a prática de crime doloso.
- E) a incapacidade para o exercício do poder familiar, da tutela ou da curatela nos crimes dolosos sujeitos à pena de reclusão cometidos contra outrem igualmente titular do mesmo poder familiar, contra filho, filha ou outro descendente ou contra tutelado ou curatelado.

Questão 18 (Peso 3)

Considerando as disposições sobre as ações possessórias no Código de Processo Civil, analise as assertivas e identifique com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas.

- () É lícito ao autor cumular ao pedido possessório o de condenação em perdas e danos e o de indenização dos frutos.
- () A propositura de uma ação possessória em vez de outra não obstará a que o Juiz conheça do pedido e outorgue a proteção legal correspondente àquela cujos pressupostos estejam provados.
- () Na pendência de ação possessória poderá, tanto o autor quanto ao réu, propor ação de reconhecimento do domínio, exceto se a pretensão for deduzida em face dos herdeiros da parte contrária.
- () É vedado ao réu, na contestação, alegando que foi o ofendido em sua posse, demandar a proteção petitória e a indenização pelos prejuízos resultantes da turbação ou do esbulho cometido pelo autor.
- () No caso de ação possessória em que figure no polo passivo grande número de pessoas, serão feitas a citação pessoal dos ocupantes que forem encontrados no local e a citação por edital dos demais, determinando-se, ainda, a intimação do Ministério Público e, se envolver pessoas em situação de hipossuficiência econômica, da Defensoria Pública.

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é

- A) V V V F F
- B) V V F F V
- C) F V F F V
- D) F V F V F
- E) F V V V V

Questão 19 (Peso 3)

Considerando o entendimento jurisprudencial dominante da matéria nos tribunais superiores, analise as assertivas e identifique com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas.

- () Para efeitos penais, o reconhecimento da menoridade do réu requer prova por documento hábil.
- () A reincidência penal não pode ser considerada como circunstância agravante e, simultaneamente, como circunstância judicial.
- () É perfeitamente admissível a fixação de pena substitutiva como condição especial ao regime aberto, dado a compatibilidade entre as penas.
- () A prática de falta grave interrompe a contagem do prazo para o indulto e progressão de regime de cumprimento de pena, o qual se reinicia a partir do cometimento dessa infração.
- () Fixada a pena-base no mínimo legal, é vedado o estabelecimento de regime prisional mais gravoso do que o cabível em razão da sanção imposta, com base apenas na gravidade abstrata do delito.

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é

- A) V F V V V
- B) V V F F V
- C) V F F V F
- D) F V F F V
- E) F V V V F

Questão 20 (Peso 1)

Consoante o entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça sobre a execução da pena, "A ausência de suspensão ou revogação _____ antes do término do período de prova enseja a extinção da punibilidade pelo integral cumprimento da pena."

A alternativa que preenche, corretamente, a lacuna do trecho acima é

- A) do indulto
- B) da comutação
- C) do indulto de natal
- D) do livramento condicional
- E) da saída temporária de natal

Questão 21 (Peso 2)

Fernando de Santo Cristo, consciente e voluntariamente, tentou contra a vida de Firmina Benta de Santo Cristo, companheira de longa data e mãe de seus filhos Bentinho de Santo Cristo e Chiquinha de Santo Cristo, esta ainda no ventre materno. Segundo o Código Penal Brasileiro, é correto afirmar que

- A) a pena do delito não será majorada se o crime for praticado durante a gestação.
- B) a pena do delito será majorada se o crime for praticado na presença física de ascendente, descendente ou parente colateral até o terceiro grau.
- C) a pena do delito não será majorada se o crime for praticado nos 3 (três) meses posteriores ao parto, pois cessa a condição de vulnerabilidade.
- D) há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve violência doméstica e familiar ou menosprezo ou discriminação à condição de mulher.
- E) há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve violência doméstica e familiar, mas o menosprezo à condição de mulher exige contexto social e jurídico de vulnerabilidade.

Questão 22 (Peso 2)

Paulo Careca, taxista conhecido, teve seus bens subtraídos durante uma corrida, na noite do último domingo, na Vila Olavo Costa, Zona Sudeste de Juiz de Dentro. De acordo com informações da Polícia Militar, a vítima disse que um sujeito, portando uma faca de churrasco, subtraiu seu celular novo que ganhou de Natal. Segundo as informações prestadas, a responsabilidade penal do agente do delito é

- A) roubo majorado pelo emprego de arma.
- B) roubo agravado pelo emprego de arma.
- C) roubo qualificado pelo emprego de arma.
- D) roubo com causa de aumento de pena pelo emprego de arma.
- E) roubo simples em razão da impossibilidade de majoração da pena pelo emprego da faca.

Questão 23 (Peso 3)

Analisar as opções e identifique com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas. A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- Soberania.
- Cidadania.
- Solução pacífica dos conflitos.
- Prevalência dos direitos humanos.
- Valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é

- A) V F F V F
- B) V V F F V
- C) V V V F V
- D) V V V F F
- E) F F V F V

Questão 24 (Peso 2)

Os direitos e garantias individuais previstos na Constituição Federal são cláusulas pétreas, não podendo ser objeto de deliberação a proposta de emenda que vise a sua abolição. Considerando os direitos e deveres, individuais e coletivos, capitulados no artigo 5º da Constituição Federal, é correto afirmar que

- A) é plena a liberdade de associação para fins lícitos, inclusive a de caráter paramilitar.
- B) o Estado indenizará o condenado por erro judiciário, à exceção do caso em que ficar preso além do tempo fixado na sentença.
- C) ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei.
- D) a lei considerará crimes inafiançáveis, imprescritíveis e insuscetíveis de graça, anistia ou indulto a prática da tortura e o terrorismo, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem.
- E) todos podem se reunir pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, desde que mediante autorização prévia da autoridade policial competente, e que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.

Questão 25 (Peso 3)

Sobre os direitos e deveres individuais e coletivos previstos no artigo 5º da Constituição Federal, é correto afirmar que

- A) as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais dependem de regulamentação por lei ordinária para sua aplicação imediata.
- B) a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade somente são garantidos aos brasileiros, natos ou naturalizados.
- C) a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.
- D) o Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional mesmo que não tenha manifestado adesão à sua criação, pois a sua jurisdição é global e irrestrita.
- E) os direitos e garantias expressos na Constituição Federal têm previsão taxativa no seu artigo 5º, e, portanto, excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

Questão 26 (Peso 3)

Considerando a competência do Supremo Tribunal Federal para processar e julgar originariamente, analise as opções a seguir e identifique com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas.

- () A extradição solicitada por Estado estrangeiro.
- () A revisão criminal e a ação rescisória de seus julgados.
- () A homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de exequatur às cartas rogatórias.
- () Nos crimes comuns, os Governadores dos Estados e do Distrito Federal, e, nestes e nos de responsabilidade, os Desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, os membros dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, os dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais Eleitorais e do Trabalho, os membros dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios e os do Ministério Público da União que oficiem perante tribunais.

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é

- A) V V F F
- B) V V F V
- C) F F V V
- D) F V F V
- E) F V V V

Questão 27 (Peso 1)

São princípios institucionais da Defensoria Pública:

- A) ampla defesa, inamovibilidade e a unidade.
- B) unidade, livre acesso à Justiça e a indivisibilidade.
- C) unidade, indivisibilidade e a independência funcional.
- D) duplo grau de jurisdição, a unidade e a ampla defesa.
- E) irredutibilidade dos vencimentos, inamovibilidade e a independência funcional.

Questão 28 (Peso 1)

Para a parte majoritária da doutrina, a Constituição Federal do Brasil de 1988 é classificada quanto à sua origem e quanto à mutabilidade, respectivamente, como:

- A) Pacutada e Rígida.
- B) Outorgada e Rígida.
- C) Outorgada e Flexível.
- D) Promulgada e Rígida.
- E) Promulgada e Imutável.

Questão 29 (Peso 1)

No processo penal, o prazo para a Defensoria Pública interpor o recurso de apelação é de

- A) 08 dias.
- B) 15 dias.
- C) 10 dias.
- D) 16 dias.
- E) 05 dias.

Questão 30 (Peso 2)

O Estatuto da Magistratura deverá observar o seguinte princípio:

- A) o juiz titular residirá na respectiva comarca, salvo autorização do tribunal.
- B) a distribuição de processos será imediata somente no 1º grau de jurisdição.
- C) os servidores receberão delegação para a prática de atos de administração e atos de mero expediente, inclusive as de caráter decisório.
- D) as decisões administrativas dos tribunais serão motivadas e em sessão secreta, sendo as disciplinares tomadas pelo voto da maioria absoluta de seus membros.
- E) a atividade jurisdicional será ininterrupta, sendo autorizadas férias coletivas nos juízos e tribunais de segundo grau, funcionando, nos dias em que não houver expediente forense normal, juízes em plantão permanente.

Questão 31 (Peso 2)

Sobre o Poder Judiciário na Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que:

- A) o Superior Tribunal de Justiça compõe-se de, no máximo, 33 Ministros.
- B) o Tribunal Superior Eleitoral compor-se-á, no mínimo, de nove membros.
- C) o Conselho Nacional de Justiça compõe-se de 11 membros com mandato de dois anos, admitida uma recondução.
- D) o Supremo Tribunal Federal compõe-se de 13 Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de 35 e menos de 65 anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.
- E) os Tribunais Regionais Federais compõem-se de, no mínimo, sete juízes, recrutados, quando possível, na respectiva região e nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de 30 e menos de 65 anos.

Questão 32 (Peso 2)

A Constituição Federal estabelece que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Considerando os aspectos que são abrangidos pelo direito à proteção integral, analise as opções a seguir e identifique com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas.

- () Garantia de acesso do trabalhador adolescente e jovem à escola.
- () Programas de prevenção e atendimento especializado à criança, ao adolescente e ao jovem dependente de entorpecentes e drogas afins.
- () Estímulo do Poder Público, através, unicamente, da assistência jurídica *pro bono*, ao acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente órfão ou abandonado.
- () Obediência aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, quando da aplicação de qualquer medida privativa da liberdade.
- () Garantia de restrito e informal conhecimento da atribuição de ato infracional, igualdade na relação processual e defesa técnica por profissional habilitado, segundo dispuser a legislação tutelar específica.

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é

- A) V F V F V
- B) V V F V F
- C) V F F V V
- D) F V V F F
- E) F V F F V

Questão 33 (Peso 1)

Os _____ sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes _____. Segundo a disciplina do assunto na Constituição Federal de 88, a alternativa que preenche, correta e sequencialmente, as lacunas do trecho acima é

- A) acordos bilaterais / às normas supraleais
- B) acordos bilaterais / às leis complementares
- C) tratados e convenções internacionais / às normas supraleais
- D) tratados e convenções internacionais / às leis complementares
- E) tratados e convenções internacionais / às emendas constitucionais

Questão 34 (Peso 1)

Sobre a medida socioeducativa da internação que pode ser aplicada pela autoridade competente ao adolescente uma vez verificada a prática de ato infracional, é correto afirmar que

- A) a liberação será compulsória aos vinte e três anos de idade.
- B) em nenhuma hipótese, o período máximo de internação excederá a cinco anos.
- C) não comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, no máximo a cada seis meses.
- D) constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade e excepcionalidade, não necessitando, contudo, respeitar a condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.
- E) poderá ser cumprida em entidade exclusiva para adultos na hipótese de não haver na localidade casa de acolhimento própria para adolescentes, entretanto, deve-se respeitar rigorosa separação por critérios de idade, compleição física e gravidade da infração.

Questão 35 (Peso 2)

Sobre a competência no processo penal, é correto afirmar que

- A) a competência será, de regra, determinada pelo domicílio ou residência do réu, mesmo que conhecido o lugar da infração.
- B) a competência será, de regra, determinada pelo lugar em que se consumar a infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o primeiro ato de execução.
- C) os crimes cometidos em qualquer embarcação nas águas territoriais da República, ou nos rios e lagos fronteiriços, bem como a bordo de embarcações nacionais, em alto-mar, serão processados e julgados, em qualquer hipótese, pela justiça da Capital do País.
- D) a competência será determinada pela conexão se, ocorrendo duas ou mais infrações, houverem sido praticadas, ao mesmo tempo, por várias pessoas reunidas, ou por várias pessoas em concurso, embora diverso o tempo e o lugar, ou por várias pessoas, umas contra as outras.
- E) a competência será verificada por prevenção toda vez que, concorrendo dois ou mais juízes igualmente competentes ou com jurisdição cumulativa, um deles tiver antecedido aos outros na prática de algum ato do processo ou de medida a este relativa, devendo ser desconsiderados os atos realizados antes ao oferecimento da denúncia ou da queixa.

Questão 36 (Peso 2)

Sobre a prova no processo penal, à luz das disposições constantes no Código de Processo Penal, é correto afirmar que

- A) em todos os casos e situações, devem ser observadas as restrições estabelecidas na lei civil.
- B) são inadmissíveis, mantendo-se, contudo, juntadas ao processo, as provas ilícitas, assim entendidas as obtidas em violação a normas constitucionais ou legais.
- C) são inadmissíveis as provas derivadas das ilícitas, mesmo quando não evidenciado o nexo de causalidade entre umas e outras, ou quando as derivadas puderem ser obtidas por uma fonte independente das primeiras.
- D) o juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.
- E) de acordo com a distribuição do ônus da prova, a prova da alegação incumbirá a quem a fizer, não podendo, portanto, diante desta premissa, o juiz, de ofício, determinar, no curso da instrução, ou antes de proferir sentença, a realização de diligências para dirimir dúvida sobre ponto relevante.

Questão 37 (Peso 1)

O número de Defensores Públicos na unidade jurisdicional será proporcional _____ pelo serviço da Defensoria Pública e _____.

Segundo a disciplina da Defensoria Pública nos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, a alternativa que preenche, correta e sequencialmente, as lacunas do trecho acima é

- A) à procura / ao índice de exclusão social
- B) à efetiva demanda / à respectiva população
- C) à efetiva demanda / ao índice de exclusão social
- D) à procura / ao índice de desenvolvimento humano
- E) à efetiva demanda / ao índice de desenvolvimento humano

Questão 38 (Peso 3)

A ação penal pode ser classificada como pública, incondicionada ou condicionada, sendo formalizada através da denúncia, e de iniciativa privada, a qual é formalizada através da queixa-crime, sendo correto afirmar que

- A) a renúncia ao exercício do direito de queixa em relação a um dos autores do crime, a todos se estenderá.
- B) em obediência ao princípio da disponibilidade da ação penal pública, o Ministério Público não poderá desistir da ação penal.
- C) será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal, não cabendo ao Ministério Público intervir no processo em razão de sua desídia.
- D) se o órgão do Ministério Público, ao invés de apresentar a denúncia, requerer o arquivamento do inquérito policial ou de quaisquer peças de informação, o Juiz, no caso de considerar improcedentes as razões invocadas, fará remessa do inquérito ou peças de informação ao Procurador-Geral, e este, obrigatoriamente, estará obrigado a oferecer a denúncia.
- E) o direito de representação na ação penal pública condicionada, que deverá ser exercido, em qualquer hipótese, dentro do prazo de dois meses contado do dia em que vier a saber quem é o autor do crime, poderá ser exercido, pessoalmente ou por procurador com poderes gerais, mediante declaração, escrita ou oral, feita ao Juiz, ao órgão do Ministério Público, ou à autoridade policial.

Questão 39 (Peso 3)

Sobre as exceções no processo penal, analise as assertivas, e identifique com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas.

- () A exceção de incompetência do juízo poderá ser oposta, verbalmente ou por escrito, no prazo de defesa.
- () A exceção de coisa julgada somente poderá ser oposta em relação ao fato principal, que tiver sido objeto da sentença.
- () As exceções serão processadas no bojo dos autos principais da ação penal e suspenderão, em regra, o andamento da ação penal.
- () Se for arguida a suspeição do órgão do Ministério Público, o Juiz decidirá, de plano, sem recurso, não sendo cabível a produção de provas.
- () As exceções que poderão ser opostas são as de suspeição, incompetência de juízo, litispendência, ilegitimidade de parte e coisa julgada.

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é

- A) V F V F V
- B) V V F V F
- C) V V F F V
- D) F F V V F
- E) F V F F V

Questão 40 (Peso 2)

João, taxista, maior, solteiro e sem filhos, sofreu um grave acidente de carro, tendo seu táxi ficado completamente destruído, e, pelas lesões sofridas, João ficou paraplégico e impossibilitado de trabalhar. Além disso, como não contribuía para a Previdência, não tem direito à aposentadoria, não possuindo qualquer fonte de renda para se sustentar. Como parentes, João somente possui o pai, já idoso, dois irmãos, um germano e outro unilateral, e um primo. Diante dessa situação, é correto afirmar que quanto ao direito aos alimentos:

- A) em virtude de João ser maior, os parentes não estão mais obrigados a prestar os alimentos.
- B) o pai de João, por ser pessoa idosa, está dispensado do dever de prestar alimentos ao filho necessitado, mesmo possuindo condições financeiras para tanto.
- C) se o pai de João não estiver em condições de suportar totalmente o encargo, os irmãos, tanto o germano como o unilateral, podem ser acionados para concorrer.
- D) o primo de João, por ter melhores condições financeiras entre todos, pode ser acionado para prestar alimentos em primeiro lugar independentemente da verificação da impossibilidade do pai ou dos irmãos.
- E) se o pai de João não tiver condições financeiras de assumir o encargo, os dois irmãos podem ser demandados para prestar alimentos, mas primeiro deve ser chamado o irmão germano e, só na impossibilidade deste, deverá ser acionado o irmão unilateral.

Questão 41 (Peso 1)

Segundo o Código Civil, existem diferentes classes de bens, podendo ser classificados como bens considerados em si mesmos, tais como os bens imóveis, os bens móveis, os bens fungíveis e consumíveis, os bens divisíveis e os bens singulares e coletivos, os bens reciprocamente considerados e os bens públicos. Assim, sobre os bens no direito civil, é correto afirmar que

- A) os bens públicos, quando não são mais servíveis à utilização, estão sujeitos a usucapião.
- B) são singulares os bens que, embora reunidos, se consideram *de per se*, independentemente dos demais.
- C) são considerados imóveis para os efeitos legais, os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações.
- D) são fungíveis os móveis que podem se substituir por outros da mesma espécie, ainda que diferentes na qualidade e quantidade.
- E) são bens públicos os de uso comum do povo, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias.

Questão 42 (Peso 3)

Sobre a prisão preventiva no processo penal, analise as assertivas seguintes e identifique com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas.

- () Será admitida a decretação da prisão preventiva nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a 4 (quatro) anos.
- () Não será admitida a prisão preventiva mesmo que haja dúvida sobre a identidade civil da pessoa ou quando esta não fornecer elementos suficientes para esclarecê-la.
- () O juiz poderá revogar a prisão preventiva se, no correr do processo, verificar a falta de motivo para que subsista, não podendo de novo decretá-la, mesmo se sobrevierem razões que a justifiquem.
- () Somente no curso do processo penal, caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz, e mediante requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial.
- () A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria.

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é

- A) V F F F V
- B) V V V F F
- C) F F V F V
- D) F V V F F
- E) F V F V F

Questão 43 (Peso 2)

Considerando as exclusões ao regime de comunhão universal, que importa a comunicação de todos os bens presentes e futuros dos cônjuges e suas dívidas passivas, analise as opções a seguir e identifique com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas.

- () As obrigações anteriores ao casamento.
- () Os bens doados ou herdados com a cláusula de incomunicabilidade e os sub-rogados em seu lugar.
- () Os bens gravados de fideicomisso e o direito do herdeiro fideicomissário, antes de realizada a condição suspensiva.
- () As dívidas anteriores ao casamento, salvo se provierem de despesas com seus aprestos, ou reverterem em proveito comum.
- () Os bens que cada cônjuge possuir ao casar, e os que lhe sobrevierem, na constância do casamento, por doação ou sucessão, e os sub-rogados em seu lugar.

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é

- A) F V V V F
- B) V F V F V
- C) V V F F V
- D) V F V V F
- E) V F F V F

Questão 44 (Peso 1)

Dar-se-á *habeas corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar na iminência de sofrer violência ou coação ilegal na sua liberdade de ir e vir, salvo nos casos de punição disciplinar. Assim, segundo a legislação processual penal, a coação considerar-se-á ilegal quando:

- A) a vítima prender o infrator em situação de flagrante delito.
- B) não for alguém admitido a prestar fiança, nos casos em que a lei a autoriza.
- C) alguém é preso em flagrante delito no momento em que está cometendo a infração penal.
- D) alguém é preso em flagrante delito por ser encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração.
- E) o agente policial efetuar a prisão determinada no mandado de prisão registrado no Conselho Nacional de Justiça, na hipótese do ato ser realizado fora da competência territorial do juiz que o expediu.

Questão 45 (Peso 1)

Sobre as várias espécies de contratos previstos no Código Civil, é correto afirmar que

- A) o contrato de depósito é sempre gratuito.
- B) o comodato é o empréstimo gratuito de coisas fungíveis.
- C) se opera o mandato quando alguém recebe de outrem poderes para, em seu nome, praticar atos ou administrar interesses.
- D) pelo contrato de locação, um dos contratantes se obriga a transferir o domínio de certa coisa, e o outro, a pagar-lhe certo preço em dinheiro.
- E) pelo contrato estimatório, o consignante entrega bens imóveis ao consignatário, que fica autorizado a vendê-los, pagando àquele o preço que achar conveniente, salvo se preferir, no prazo estabelecido, restituir-lhe a coisa consignada.

Questão 46 (Peso 3)

Carlos é casado com Júlia e não celebraram pacto antenupcial, tampouco estavam obrigados ao regime da separação de bens. Durante o casamento, o casal teve dois filhos, Eduardo e Mônica, e adquiriram um carro e um apartamento. Entretanto, Carlos, antes de se casar com Júlia, já era proprietário de uma casa. Carlos veio a falecer e deixou a esposa e os dois filhos, ainda menores, vivos, bem como os três bens de patrimônio e não deixou testamento. Desse modo, diante desta situação, acerca da disposição dos bens de Carlos após seu óbito, é correto afirmar que

- A) Júlia ficará totalmente com o carro e o apartamento, e Eduardo e Mônica ficarão, cada um, com 1/2 (metade) da casa.
- B) Júlia, Eduardo e Mônica ficarão, cada um, com 1/3 (um terço) do carro, 1/3 (um terço) do apartamento e 1/3 (um terço) da casa.
- C) Júlia ficará com 1/3 (um terço) do carro e 1/3 (um terço) do apartamento, e Eduardo e Mônica ficarão, cada um, com 1/3 (um terço) do carro, 1/3 (um terço) do apartamento e 1/2 (metade) da casa.
- D) Júlia ficará com 1/2 (metade) do carro, 1/2 (metade) do apartamento e 1/2 (metade) da casa, e Eduardo e Mônica ficarão, cada um, com 1/4 (um quarto) do carro, 1/4 (um quarto) do apartamento e 1/4 (um quarto) da casa.
- E) Júlia ficará com 1/2 (metade) do carro, 1/2 (metade) do apartamento, e 1/3 (um terço) da casa, e Eduardo e Mônica ficarão, cada um, com 1/4 (um quarto) do carro, 1/4 (um quarto) do apartamento, e 1/3 (um terço) da casa.

Questão 47 (Peso 2)

De acordo com as disposições da Convenção Americana sobre Direitos Humanos relativos aos direitos civis e políticos, notadamente à liberdade pessoal, é correto afirmar que

- A) a Convenção não protege o sujeito titular de direito quando individualmente considerado, mas somente de maneira coletiva.
- B) a Convenção apresenta regulamentações de dois tipos sobre a privação da liberdade, bem diferenciadas e excludentes entre si: uma geral e outra específica.
- C) a Convenção apresenta regulamentações de três tipos sobre a liberdade, bem diferenciadas e excludentes entre si: uma interna de cada país, uma geral e outra específica.
- D) a Convenção apresenta regulamentações de três tipos sobre a privação da liberdade, bem diferenciadas e excludentes entre si: uma genérica, uma externa e outra interna de cada país.
- E) a Convenção apresenta regulamentações de dois tipos sobre a liberdade, bem diferenciadas entre si: uma geral e outra específica. A geral afirma que toda pessoa tem o direito à liberdade e à segurança pessoal.

Questão 48 (Peso 2)

Segundo as normas convencionais de direitos humanos no dispositivo relativo à liberdade pessoal, é correto afirmar que

- A) somente a pessoa detida deve ser conduzida à presença de alguém, e ser julgada dentro de 180 (cento e oitenta) dias ou ser posta em liberdade.
- B) somente a pessoa retida deve ser conduzida à presença de outrem, que não seja o condutor, e ser julgada dentro de um prazo razoável ou a ser posta em liberdade, sem prejuízo de que prossiga o processo.
- C) toda pessoa detida ou retida deve ser conduzida, no prazo máximo em 24 (vinte e quatro) horas, à presença de um tribunal, e ser julgada dentro de 180 (cento e oitenta) dias ou ser posta em liberdade, sem prejuízo de que prossiga o processo.
- D) toda pessoa detida ou retida deve ser conduzida, sem demora, à presença de um juiz ou outra autoridade autorizada pela lei a exercer funções judiciais e tem direito a ser julgada dentro de um prazo razoável ou a ser posta em liberdade, sem prejuízo de que prossiga o processo.
- E) toda pessoa detida ou retida deve ser conduzida, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, à presença de tribunal, um juiz ou outra autoridade competente pela lei a exercer funções judiciais e tem direito a ser julgada dentro de 180 (cento e oitenta) dias ou a ser posta em liberdade, sem prejuízo de que prossiga o processo.

Questão 49 (Peso 3)

Considerando as disposições sobre gênero e geração na legislação brasileira, analise as assertivas e identifique com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas.

- () O envelhecimento é um direito personalíssimo e a sua proteção um direito social.
- () A violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos.
- () É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.
- () Serão asseguradas, somente às pessoas de orientação sexual feminina, as mesmas condições, em igualdade com os homens, para o exercício efetivo dos direitos à vida, à segurança, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, à moradia, ao acesso à justiça, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.
- () Toda mulher, cuja orientação sexual seja definida como feminina, independentemente de classe, raça, etnia, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos mesmos direitos fundamentais inerentes aos homens, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social.

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é

- A) V V V F F
- B) V V F V F
- C) F V F F V
- D) F V F V F
- E) F F V V V

Questão 50 (Peso 2)

Xapriano Dois foi aprovado na seleção pública de estágio da Defensoria Pública. Após ser direcionado ao Defensor Público responsável por sua orientação, foi submetido a arguição sobre as prerrogativas dos membros. Considerando a legislação institucional, assinale a opção que identifica uma prerrogativa:

- A) usar as vestes talares e as insígnias privativas do serviço público estadual.
- B) solicitar, se necessário, o auxílio e a colaboração das autoridades públicas para o desempenho de suas funções.
- C) agir, em juízo, mas não fora dele, com dispensa de emolumentos e custas, após análise do Defensor Público Geral.
- D) comunicar-se, pessoal e reservadamente, com seus assistidos, ainda quando estes se achem presos, detidos, internados, ressalvadas as hipóteses de incomunicabilidade.
- E) representar os sujeitos de direito, destinatários das funções institucionais da Defensoria Pública, salvo a coletividade, em processo administrativo ou judicial, independente de mandato, mesmo nos casos para os quais a lei exija poderes especiais.

QUESTÃO DISSERTATIVA (PESO 2)

INSTRUÇÕES

- ❖ A Folha de Questão Dissertativa é identificada através do seu número de inscrição. Confira-o com cuidado. Essa conferência é de sua inteira responsabilidade.
- ❖ EM NENHUMA HIPÓTESE, a Folha de Questão Dissertativa SERÁ SUBSTITUÍDA.
- ❖ Preferencialmente, não utilize letra de fôrma. Caso o faça, destaque as iniciais maiúsculas.
- ❖ Sua produção textual, deverá ter o mínimo de 30 e o máximo de 45 linhas. Não será considerado o texto escrito fora desse limite.
- ❖ Desenvolva sua dissertação no Caderno de Questões, no espaço reservado ao Rascunho e, depois, transcreva-a na Folha de Questão Dissertativa, usando caneta esferográfica de tinta **azul-escura** ou **preta**.

A Questão Dissertativa será avaliada com base nos seguintes critérios:

Conteúdo: 8,0 Pontos

- Abordagem técnica do tema.
- Sequência lógica.
- Coerência dos argumentos.

Estrutura: 2,0 Pontos

- Estrutura de parágrafos.
- Adequação da linguagem.
- Ortografia.
- Pontuação.
- Concordância.
- Regência.

Será atribuída nota zero à Questão Dissertativa que

- ❖ fugir à proposta;
- ❖ estiver assinada;
- ❖ não estiver articulada verbalmente;
- ❖ estiver escrita a lápis ou de forma ilegível;
- ❖ for apresentada em forma de verso ou tópicos.

Tema da Questão Dissertativa

Claudio Bom dos Passos, jovem pintor nascido no dia 15/12/1999 na cidade pacata de Miracema do Norte, conheceu no baile da cidade o grande amor de sua vida Julia Boa de Dança. Julia residia na cidade de Miracema do Sul, em razão de ser funcionária comissionada da prefeitura local. O casal era muito conhecido nas cidades pela linda família que formavam, já que todos o tratavam como marido e mulher, e por viverem intensamente o amor. Ocorre que Julia teve uma gravidez inesperada o que abalou o relacionamento do casal, já que atrapalhou os planos de Cláudio de fazer um curso de pintura renascentista na Itália. Preocupado com os gastos que viriam em razão do filho que Julia espera e, por querer, a qualquer custo, realizar seu curso na Itália, Cláudio convenceu Julia a utilizar-se do conhecimento e facilidade que possuía, pois trabalhava no setor financeiro da prefeitura e gozava da confiança de todos, para facilitar sua entrada no local e para subtrair o recurso ali existente. No dia acordado, Cláudio, ansioso e esperançoso de melhorar de vida após seu curso, dirigiu-se para a prefeitura, quando verificou que, em razão de uma auditoria ocorrida no dia anterior, existia no caixa apenas R\$: 200,00 (duzentos reais). Furioso, subtraiu o valor e iniciou uma discussão com Julia, em via pública, sobre o pequeno valor existente e a gravidez, dizendo “Oh mulher burra, nem para roubar uma mulher presta. Você não sabia que havia pouco dinheiro no local? Por que não me avisou? Não sei onde estava com a cabeça quando propus fazer isso com uma mulher”. Na discussão, Cláudio agrediu e machucou levemente Julia.

A partir da leitura deste texto, redija um texto dissertativo com, no mínimo 30 linhas e no máximo 45 linhas, abordando e fundamentando, sobretudo à luz do entendimento sumulado dos tribunais superiores, os seguintes aspectos:

- A) a incidência ou não da Lei Maria da Penha na agressão descrita;
- B) a possibilidade de aplicação do princípio da insignificância caso a perícia indique uma lesão ínfima;
- C) a possibilidade de, se presentes os demais requisitos legais, aplicação da suspensão condicional do processo em relação ao crime contra incolumidade física;
- D) a possibilidade do Juiz substituir a pena privativa de liberdade por restritiva de direito se Claudio Bom dos Passos for condenado pela lesão sofrida por Julia;
- E) a indicação da responsabilidade penal de Claudio quanto ao delito perpetrado contra a prefeitura e a possibilidade de aplicação do princípio da insignificância.

1.
2.
3.
4.
5.
6.
7.
8.
9.
10.
11.
12.
13.
14.
15.
16.
17.
18.
19.
20.
21.
22.
23.
24.
25.
26.
27.
28.
29.
30.
31.
32.
33.
34.
35.
36.
37.
38.
39.
40.
41.
42.
43.
44.
45.